

Área temática 1: APG3 - Administração pública, governo e terceiro setor.

IMPACTOS DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SCHUMPETERIANO EM DEZ MUNICÍPIOS DA DÉCIMA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

IMPACTS OF THE SCHUMPETERIAN ECONOMIC DEVELOPMENT MODEL IN TEN MUNICIPALITIES OF THE TENTH SÃO PAULO STATE ADMINISTRATIVE REGION.

RESUMO

Este artigo propôs um estudo do desenvolvimento regional através do modelo Schumpeteriano em dez municípios com maiores (PIB) da décima região administrativa do Estado de São Paulo (RA-10), Schumpeter defendia que o desenvolvimento econômico ocorre quando existe níveis suficiente de educação surgindo o empresário inovador, que promoverá “destruição criadora”. O estado de São Paulo possui bons níveis de desenvolvimento em comparação com os outros no Brasil. O objetivo geral foi compreender se a infraestrutura econômica proposta por Schumpeter é capaz de influenciar o desenvolvimento regional dos dez municípios selecionados. Quanto aos métodos utilizados, tratou-se de uma pesquisa exploratória e quali-quantitativa com análise de dados bibliográfica sistemática. Os resultados apontaram uma correlação econométrica do índice de educação quando utilizado como variável dependente, logo as considerações finais exibem que a infraestrutura Schumpeteriana impacta no desenvolvimento regional dos dez municípios analisados e pode trazer benefícios a todos os autores sociais sendo o governo importante para planejar e investir e políticas públicas educacionais.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Econômico. Desenvolvimento Humano. Infraestrutura Schumpeteriana. Educação. Gestão Pública.

ABSTRACT

This article proposed a study of regional development using the Schumpeterian model in ten municipalities with the largest (GDP) of the tenth administrative region of the State of São Paulo (RA-10), Schumpeter argued that economic development occurs when there are sufficient levels of education arising innovative entrepreneur, who will promote “creative destruction”. The state of São Paulo has good levels of development compared to others in Brazil. The general objective was to understand whether the economic infrastructure proposed by Schumpeter is capable of influencing the regional development of the ten selected municipalities. As for the methods used, it was an exploratory and qualitative quantitative research with systematic bibliographic data analysis. The results showed an econometric correlation of the education index when used as a dependent variable, so the final considerations show that the Schumpeterian infrastructure impacts on the regional development of the ten municipalities analyzed and can bring benefits to all social authors, with the government being important for planning and investing. and educational public policies.

Keywords: Economic Development. Human development. Schumpeterian Infrastructure. Education. Public administration.

INTRODUÇÃO

Mudanças acompanharam a chegada da era da informação, adentrando-nos a um período o qual foi adicionado diversos conhecimentos nas atividades produtivas. A nova conjuntura social impôs as organizações e as pessoas, uma evolução progressiva das suas capacidades de inovação. Para Schumpeter a inovação é uma ferramenta fundamental para a sociedade capitalista, pois segundo ele, inovar é a chave para o desenvolvimento. Mas para que isto ocorra as pessoas devem ser educadas a demandarem novos produtos e utilizarem a sua capacidade de inovação para iniciarem o processo de mudança (SCHUMPETER, 1982).

Todos os autores sociais foram submetidos aos avanços tecnológicos incluindo o governo¹. Contudo surgiu a necessidade do governo não somente estar preparado para estas mudanças, mas provoca-las extraindo benéficos e vantagens relacionadas ao atingimento dos objetivos perante a sociedade com maior eficácia e impacto possível, este é o caminho para a construção de boas políticas públicas.

Com este cenário voltou-se a investigar os modelos de desenvolvimento econômico, um deles foi criado pelo economista austríaco J. Schumpeter, o qual em seu modelo, prezava pela a capacidade inovadora e intelectual dos seres humanos, estes pilares são construídos por investimentos a longo prazo em educação.

O modelo de Schumpeter é extremamente relevante e muito discutido até os dias atuais, sua obra auxilia no estudo do desenvolvimento regional sustentável, na construção de ideias sobre a participação do governo e pode auxiliar na reavaliação e crítica aos resultados socioeconômicos obtidos em determinados períodos pela a gestão pública e sociedade civil, principalmente em momentos de crise.

Na economia Brasileira, o estado de São Paulo se destaca entre os demais, sendo o estado com maior participação do PIB² no País (CALEIRO, 2017). Ele é composto por 645 municípios subdivididos entre regiões administrativas (RA) e/ou mesorregiões (RM), anteriormente eram 15 (RA), porém em 2014 se criou a 16^o região administrativa localizada e sediada no município de Itapeva (IPRS, 2014).

Cada região tem sua peculiaridade e capacidade de geração de riquezas diferentes, desta forma é correto afirmar que cada uma contribui em diferentes proporções para o resultado do estado de São Paulo. De acordo com os dados apurados pela (SEADE, 2016) a décima região administrativa em Presidente Prudente quando comparada por ranking com as outras regiões administrativas sob o parâmetro riqueza se localiza com a antepenúltima posição com um baixo indicador na frente apenas das (RA) de Registro e de Itapeva, porem seus indicadores de longevidade e educação estão posicionados entre os sete melhores do estado, fatores estes que criam questionamentos.

O estudo se justifica sendo relevante ao setor privado que desejam atuar em um dos dez municípios selecionados da Décima Região Administrativa (Doravante RA-10), a administradores público e demais stakeholders³, se tornando assim um material fidedigno acrescido a bibliografia, podendo auxiliar na elaboração de políticas públicas, pois abordará importantes aspectos econômicos.

¹ Governo: A palavra governo neste contexto está se referindo ao conjunto de órgão da administração públicas em suas três esferas de poder, são elas: Governo Federal, Governo Estadual ou Distrital e Prefeitura.

² PIB - Produto Interno Bruto: O PIB é um indicador macroeconômico que busca quantificar as atividades econômicas de uma região, sendo representado pela a soma de todos os bens e serviços produzido em um determinado período.

³ Stakeholders: São aqueles grupos ou pessoas que possuem interesse em uma organização ou algo.

A questão problema buscava compreender qual é o impacto da infraestrutura proposta por Schumpeter no desenvolvimento regional nos dez municípios com maior produção de riqueza da RA-10?

Acreditava-se que a infraestrutura Schumpeteriana em sinergia com as políticas públicas de investimento em longo prazo em educação pode impactar impulsionando o no desenvolvimento regional. Entre os modelos clássicos de desenvolvimento, supondo que o modelo de Joseph Schumpeter traga melhores condições para as empresas, famílias, terceiro setor e até ao governo, o qual teria o papel de ser o responsável por uma série de atividades fundamentais para que o modelo, planejando a economia e elaborando mecanismos de incentivos e punições não sendo apenas um órgão regularizador.

O objetivo geral foi identificar se a infraestrutura econômica proposta por Joseph Schumpeter é capaz de influenciar o desenvolvimento regional dos dez municípios selecionados como principais da RA-10.

Os objetivos específicos foram definir o que é o modelo Schumpeteriano e seus principais aspectos; definir desenvolvimento econômico; conceituou infraestrutura econômica; relatar o papel da gestão pública no desenvolvimento regional; coletar os dados de escolaridade, IDHm, e Renda para verificar se ocorreu o desenvolvimento (processo de crescimento, melhorias gradativas).

O artigo está organizado através de subdivisões, a próxima é a metodologia a qual apresenta os métodos utilizados no estudo, após inicia-se a fundamentação teórica na qual atinge grande parte dos objetivos específicos, já na quarta subdivisão encontra-se resultados e discussões da pesquisa e por fim as considerações finais que em síntese é um encerramento do artigo visando concluir a discussão do objetivo geral e verificar se a hipótese previamente estabelecida se confirmou.

METODOLOGIA

O seguinte capítulo constitui na apresentação dos caminhos metodológicos desta pesquisa, sendo um detalhamento de como foi elaborado o estudo. Apontará o tipo de abordagem, o tipo de pesquisa, instrumentos da coleta de dados, os procedimentos de análise e caracterização do local dos dados coletados.

O tipo da abordagem selecionada para melhor tratamento dos dados é o qualiquantitativa, segundo Gil (2002) a abordagem qualitativa trata-se de uma análise qualificatória das informações coletadas e tende a possuir menos formalidade expondo mais o autor, diferentemente da abordagem quantitativa que é por natureza a análise de documentos estatísticos e numéricos, tendendo a possuir passos mais simples e formal. Percebe-se nitidamente que o tipo de abordagem selecionado é uma junção dos dois tipos de abordagem, já que refere-se a uma análise de dados de ambas as naturezas.

A pesquisa foi feita de forma exploratória, está é muito comum nas ciências sociais e se diferencia das outras por não necessariamente estabelecer que o autor já tenha um conhecimento amplo sobre o objeto de estudo, desta forma é uma pesquisa que visa explorar o tema e trabalha com a verificação de existência das variáveis sobre o tema e seus aspectos quantitativo ou qualitativo (KÖCHE, 2012).

Os instrumentos de coleta de dados foram de pesquisas bibliográficas em livros, artigos, dissertações e sites especializados na temática. Segundo Cervo, Bervian e Silva (2007) estas pesquisas consiste em explicar determinado assunto e problema apartir de referencias teoricas já publicadas. Podendo afirmar que a pesquisa bibliografica advém de fontes secundárias e possuem contribuições para a maioria dos trabalhos científicos independentes de se tratar de pesquisas originais.

As revisões bibliográficas realizou-se através do método sistemático, em resumo é a seleção rigorosa de bibliografias, geralmente é utilizada em pesquisas de que requer analisar muitas quantidades de informações (CONFORTO, AMARAL e SILVA, 2011).

Esta revisão bibliográfica sistemática proporciona uma melhor correlação de informações, desta forma foi delimitado que as informações utilizadas na fundamentação teórica deverão estar dentro de um espaço temporal de no máximo dez anos para promover atualidade de informações e deve ter sido retiradas de sites especializados ou publicado no periódico Scielo, considerado um periódico de alto impacto e credibilidade nacional. Quanto aos valores de indicadores econômicos e sociais serão coletados de relevantes e respeitadas websites especializados, em âmbito local e nacional para evitar perda de fidedignidade nos dados.

Como já mencionado anteriormente o estado de São Paulo se caracteriza por ser dividido em dezesseis regiões administrativas as quais também são conhecidas por região de governo. Estas divisões são feitas levando em consideração a posição geográfica em qual cada município está localizado e as suas semelhanças econômicas e sociais. Como mencionado por Ferrari Leite (1972) apud Gitahy Júnior (2008) a região de Presidente Prudente adquiriu independência político-administrativa tornando-se uma (RA), isto proporciona maior autonomia, por se tratar basicamente de uma emancipação.

De acordo com o (IPRS, 2014) a (RA-10) de São Paulo localiza-se no extremo oeste do estado, na divisa com Paraná e Mato Grosso do Sul. Ela possui como sede o município de Presidente Prudente e tem três regiões de governo que são Adamantina, Dracena e Presidente Prudente. Ainda de acordo com o (IPRS, 2014) as principais atividades produtivas são o setor sucroalcooleiro e de bovinocultura, a região também está presente na agropecuária com ênfase na cana-de-açúcar, na bovina cultura de corte para a exportação e alguns municípios destacam-se pelas a atividade de prestação de serviço e o comércio desenvolvido em maioria por empresa de porte pequeno.

Quanto a denominação dos municípios analisados no artigo, definiu-se pela dez maiores cidades produtoras de riqueza na região. A Fundação SEADE vinculada à Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo apurou que o PIB corrente da RA-10 no período/ano de 2015 foi de R\$ 22.291.313,52, sendo que as dez cidades com maior representatividade sobre este valor eram: Presidente Prudente, Rosana, Dracena, Presidente Epitácio, Rancharia, Adamantina, Osvaldo Cruz, Pirapozinho, Presidente Venceslau e Regente Feijó (SEADE, 2016).

A pesquisa foi realizada com uma análise criteriosa dos dados, o intuito é de confrontar três importantes indicadores socioeconômicos, são eles: IDHm, Educação e Renda. Verificou a correlação e se o desenvolvimento do indicador escolaridade gerou impacto e/ou impulsionou o crescimento nos outros dois indicadores. Por se tratar de dados envolvendo educação e escolaridade deve-se considerar o retorno com resultados a longo prazo, consideramos os indicadores existentes nas últimas duas décadas com intervalos de aproximadamente dez anos (1991, 2000 e 2010).

Para evitar a pessoalidade dos autores no estabelecimento das tendências e correlações dos indicadores sócioeconômicos foi utilizado o **gretl** (Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library), trata-se de um software de código aberto, multi-plataforma para realizar análise econométricas. Este software possui pontos positivos como ter interface fácil e intuitiva e a disponibilidade de diversos métodos de séries temporais que justificam a sua seleção como ferramenta deste artigo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Modelo Schumpeteriano e seus principais aspectos.

O Economista austríaco Joseph Alois Schumpeter, foi professor na universidade de Harvard em meados do século XX, e responsável pela a produção de diversas obras relevantes sobre o estudo de áreas políticas e econômicas (DINIZ, VASCONCELOS e MARTINS, 2015). Suas principais obras são: Teoria do desenvolvimento econômico (1934) e Capitalismo, socialismo e democracia (1942).

O estudo baseia-se em princípios da obra “*The theory of economic development*” de 1934, nesta obra o autor apresenta um instrumento teórico acerca de diversos aspectos da economia atual, como por exemplo: inovação tecnológica, capitalismo e concorrência industrial (DINIZ, VASCONCELOS e MARTINS, 2015). Schumpeter faz uma abordagem ao empreendedor e devido a isto ele é associado a empreendedorismo, mesmo não sendo o propulsor do tema o estudo realizado por Ferreira, Pinto e Miranda (2015) aponta que ele é o autor mais citado nesta temática.

Porem a obra de 1934 tem como objetivo provocar o desenvolvimento econômico, e para isto Schumpeter argumenta que é necessário existir na sociedade o “empresário inovador” este será responsável pela a criação de um novo produto ou inserir alguma inovação no processo produtivo (FERREIRA, PINTO & MIRANDA, 2015; SERAFIM e FEUERSCHÜTTE, 2015).

Para que o empresário tenha tal habilidade e visão para inserir uma inovação na sociedade e causar o que Schumpeter chama de “Destruição criadora” são necessários investimentos em educação, para aperfeiçoar o capital humano de determinada localidade. O pesquisador Bresser-Pereira (2014); e Cardoso (2016), apontam de forma distintas que seguindo a perspectiva de Schumpeter o “empresario inovador” tem um papel tão importante quanto o governo no processo de crescimento econômico, já que provoca processos de mudanças estruturais exógenas⁴ ou principalmente endógenas⁵.

Segundo Diniz, Vasconcelos e Martins (2015), Schumpeter aponta a destruição criadora como sendo o próprio desenvolvimento, no sentido de que trata-se de novas combinações que pode ocorrer de cinco formas, são elas: Introdução de um novo produto; Criação de um novo metodo de produção; Criação de um novo mercado; Novas fontes de aquisição de materias-primas; e a Criação de uma nova organização ou industria. Já para os autores Ferreira, Pinto e Miranda (2015); Fontenele, Moura e Leocardio (2011) A destruição criadora é facilmente definida como sendo a revolução da estrutura industrial, já que eleva a qualidade dos bens, desenvolve novos empregos e a contribui para a troca de produtos e processos.

A destruição criadora é bastante relacionada com o capitalismo, autores como Melo, Possas & Dweck (2016); Diniz, Vasconcelos e Martins (2015) apontam esta relação com o capitalismo argumentando que a substituição do o que é antigo e ultrapassado pelo empresario inovador é peça chave para manter o sistema capitalista funcionando, apontam também que o individuo tende a ganhar com os sistemas de mercados cada vez mais competitivo e o empresario adquire mais influência de mercado. De fato a teoria de Schumpeter se assemelha bastante ao capitalismo, aonde o empresario é o maior responsável pela criação de emprego, renda e atendimento das necessidades em comparação com órgãos públicos.

⁴ Exógena: É aquilo que provém do exterior do organismo ou sistema, ocorre devido a causas externas.

⁵ Endógena: É aquilo que se tem origem no interior do sistema ou organismo, ocorre por fatores internos.

O desenvolvimento de Schumpeter consiste em mudanças estruturais ao sistema econômico, que ocorrem em três fases complementares, são elas: invenção; inovação e difusão. Isto pois esta relacionada diretamente com os indivíduos existente em uma localidade e sua capacidade de inovação, com isto é possível obter diferenciais em renda e maior variedade de mercados por exemplo (MELO, POSSAS e DWECK, 2016); (DINIZ, VASCONCELOS e MARTINS, 2015).

Embora a teoria de desenvolvimento Schumpeteriano tenha sido elaborada no século XX, ela costuma quando discutida mostrar o seu valor com características extremamente atuais, isto pois trabalha importantes aspectos econômicos e é facilmente relacionadas com temáticas latentes na sociedade no século XXI.

Segundo Fontenele, Moura e Leocadio (2011), a literatura do desenvolvimento econômico é vasta em modelos que tentam explicar as variáveis destes crescimentos. Ainda na ótica dos autores foi na década de 1950 após os estudos de Solow que começaram a compreender que o crescimento econômico e de capital esta diretamente atrelado e é igualmente importante ao acúmulo e crescimento de capital humano.

Percebe-se que tal interligação acentua a busca do desenvolvimento do capital humano dando-lhe alta importância no processo de desenvolvimento econômico, já que o empreendedorismo pode auxiliar e impulsionar este processo. Bresser-Pereira (2014) concorda com tal percepção e acrescenta que o desenvolvimento humano auxilia na aquisição de outros objetivos políticos, citando exemplos de melhorias com mudanças estruturais e conquistas de direitos humanos.

A função do capital humano para o processo de desenvolvimento econômico deve as pessoas de uma localidade possuírem maiores habilidades cognitivas e conhecimentos, desta forma contribuirão positivamente para produção de riquezas com mais eficiência (DIAS & DIAS, 1999) apud (FONTENELE, MOURA e LEOCADIO, 2011).

Ainda segundo Fontenele, Moura e Leocadio (2011), a percepção de Becker (1964), a qual o capital humano possui diversos componentes entre eles a educação formal, educação informal, escolaridade, cursos especializados e/ou profissionalizantes, nutrição e saúde da população como exemplo. Porém pontuam se fundamentando em Lee (2001); Bacha (2004); Rocha (2008) que há uma vasta literatura estudando o capital humano apenas avaliando a variável escolaridade.

Os autores acima avalizam que um dos principais pilares do desenvolvimento do capital humano é a escolaridade e a educação. Esta visão se assemelha as de Schumpeter, já que em sua percepção o desenvolvimento ocorre quando a população é inovadora o suficiente para realizarem alterações estruturais modificando a dinâmica econômica, sendo assim a principal infraestrutura de uma localidade para impulsionar o processo de produção de riqueza não é a econômica (energia, saneamento básico e outros) e sim a infraestrutura social (capital humano).

Desenvolvimento econômico.

O estudo do desenvolvimento econômico é tradicional no Brasil e ocorre com muita frequência em pesquisa de economia. Os pesquisadores Santos, et al. (2017 p.02) confirma tal afirmativa expondo que “A relação entre crescimento econômico e desenvolvimento é amplamente debatida na literatura econômica e passou por modificações ao longo do tempo.” Pode-se constatar que o tema é atual e clássico no debate público e que esta em constante aperfeiçoamento e alterações.

Sobre a ótica de Santos, et al. (2017), as primeiras contribuições sistematicas sobre o assunto ocorreram no século XVIII. Já para Bresser-Pereira (2014) o

desenvolvimento econômico é uma ideia do século XX e que ainda possui destaque no século XXI. É impreciso determinar quando de iniciou-se a pensar sobre o temática porém é fato que ocorreu um aumento de relevância junto com o momento histórico da revolução Industrial a qual criou-se maneiras sistêmicas de elevar a produção do trabalho através das máquinas a vapor (DELGADO, 2017).

Entretanto Delgado (2017) não é exclusivo ao fazer a relação entre o desenvolvimento e a revolução industrial, já que ambas tem um enfoque em “crescimentos” e surgiram aproximadamente no mesmo período (NASCIMENTO, MENDONÇA e CUNHA, 2012; SANTOS, et al. 2017).

Bresser-Pereira (2014) também afirma que o estudo do desenvolvimento se materializou após revoluções nacionais e industriais, mas ele vai além pontuando que tal temática é um processo histórico e somente se tornou universal pós a segunda guerra. É nitido que a industrialização está conectada ao desenvolvimento econômico, ressaltando ser um processo histórico possuindo um papel-chave na sociedade. Também é possível observar que tais assuntos podem ser facilmente relacionados ao conceito de ideologia⁶, este assunto com o vies filosófico é relevante, porém não foi exposto neste artigo por não possuir relação com o escopo.

Na literatura econômica, crescimento e desenvolvimento econômico são utilizados de formas diferentes, alguns economistas relacionam o desenvolvimento econômico com mudanças estruturais como por exemplo o aumento da renda per capita, não evoluindo o crescimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Ainda sobre a ótica de Bresser-Pereira, (2014) faz mais sentido trata-los como complementares ou como sinônimos, para não criar terminologias a cada excessão a regra. Ele ainda pontua que faz mais sentido distinguir ambos (que podem provocar injustiça-social e ser violento com o meio ambiente) do desenvolvimento humano que em síntese visa melhorar os padrões de vida.

Nos anos 90 foi publicado o primeiro relatório de índice de Desenvolvimento Humano (Doravante IDH) o qual é utilizado a metodologia desde 1993 até os dias atuais pelo PNUD⁷. Esta forma de mensuração de desenvolvimento mostrou-se ser mais elaborada, considerando as variáveis de renda, educação e longevidade além do simples somatório de produção de riquezas. Já o desenvolvimento por meio da industrialização sinalizou problemas à proporcionar indícios de degradação do meio ambiente caminhando para a escassez de recursos naturais.

São muitos danos ambientais causados devidos a estes padrões de produção e consumo, desta forma está levando muitos agentes da sociedade a busca minimizar os efeitos, intensificando questões relacionadas a sociedade e meio ambiente promovendo assim a busca de um desenvolvimento sustentável (BARBIERI, 2007; BLACKBURN, 2007; ELKINGTON, 2012) Apud (NASCIMENTO, MENDONÇA e CUNHA, 2012).

De acordo com Sen (2010) apud Santos, *et al.*, (2017) o desenvolvimento econômico sustentável é um dos muitos adjetivos que o desenvolvimento pode receber, neste caso possui apenas um fundamento pré-estabelecido que é a manutenção do meio ambiente, contando com possíveis melhoria da qualidade de vida social. Já Nascimento, Mendonça e Cunha (2012 p.634) apresentam uma definição mais fundamentada e muito debatida a qual o “[...] desenvolvimento sustentável como uma forma de desenvolvimento que busca satisfazer as

⁶ Ideologias - São pensamentos e visões de grupos ou indivíduo muitas vezes julgadas por eles como ideais.

⁷ PNUD - O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU e trabalha combatendo à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano.

necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em suprir suas próprias necessidades”.

Como relatado nesta seção é questionável a análise do crescimento econômico observando apenas o PIB, devido a este fator este artigo foi estruturado em buscar fazer uma comparação entre os indicadores de IDHm, níveis de educação e Renda dos municípios selecionados. De acordo Sen (2010) apud Santos, *et al.*, (2017) a melhor forma de realizar a análise de desenvolvimento é levar em consideração o seu caráter inter-relacional, tendo em vista que são compostos por um conjunto de fatores.

Infraestrutura econômica.

Os investimentos em infraestrutura econômica proporcionam condições necessárias para o desenvolvimento de uma localidade e regiões, estes investimentos são difíceis de ser perdurados pois requer projetos de longa duração sendo em média 20 a 30 anos (FRISCHTAK, 2009) apud (GIRARDI, RABECHINI JUNIOR e MOUTINHO, 2017). A maior dificuldade está na prioridade dos gestores públicos, já que preferem muitas das vezes investir os recursos públicos em projetos com impacto de curto prazo visando popularidade para reeleições futuras.

A infraestrutura é compreendida como tendo grande influência no processo produtivo, isto ocorre de forma direta e/ou indireta, impactando na produção de riqueza. No primeiro caso a ausência de infraestrutura eleva os custos diretos de todas as produções de determinada localidade, pensando nos impactos de indireta é referente ao resultado total e final das variáveis (MUSSOLINI e TELES, 2010).

Pode-se apontar como exemplo para os impactos da ausência de infraestrutura de forma indireta, empresas que optam por não se instalarem em determinada localidade devido à escassez de infraestrutura ou não ser atrativa de fontes naturais ou capital humano. Percebe-se que ocorre impactos diretos no desenvolvimento de uma região, podendo ser este impacto positivo ou negativo.

Os autores Ng & Loosemore (2007) apud Girardi, Rabechini & Moutinho (2017) conceituam a infraestrutura de uma localidade como um conjunto de ativos que sendo corretamente gerenciado podem atrair investimentos internos além de sustentar o desenvolvimento e estabilidade econômica e social. Ainda sob a ótica dos autores existe dois tipos de infraestrutura uma delas é a com viés econômico, sendo basicamente a mesma conceituada pela FIESP (2014), e a outra com o viés social, este tipo de infraestrutura abrange aspectos como a existência de hospitais, presídios, escolas e o nível educacional da população de uma sociedade.

A infraestrutura econômica é a mais discutida devido ao sua complexibilidade, porem a infraestrutura social também é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma região. Desta forma de maneira geral podemos conceituar infraestrutura em poucas palavras com bases nas duas definições vista acima como sendo um conjunto de atividades e estrutura econômica disponível a sociedade em uma localidade que serve como base para a realização de outras atividades.

Até a década de 1990 o responsável para o desenvolvimento da infraestrutura era os órgãos públicos, a partir desta data ocorreu a privatização de grandes empresas nacionais e internacionais e o investimento passou por meio de contratos. Esta ação até os dias atuais provocam opiniões diversas entre os autores, pois por exemplo Musolini e Teles (2010) acreditam que esta conjuntura transmite muito poder a iniciativa privada e pode criar estruturas monopolizadas nas regiões.

Questiona-se a responsabilidade dos governos nestes investimentos já que deveria ser uma de suas prioridades. Destaca-se que nesta década de 90 ocorreu uma retração dos investimentos devido a ausência de recursos nos caixas publicos.

Nesta seção da pesquisa foi exibida a ligação e relação entre o desenvolvimento econômico com a infraestrutura das regiões, e a importância de compreendê-las de forma conceitual para posteriormente melhor analisar com a coleta real dos dados. Como o foco é analisar a infraestrutura proposta por Schumpeter, torna-se importante enfatizar que os aspectos de infraestrutura econômica não estão presentes no escopo do artigo, será trabalhado apenas aspectos de infraestrutura social com ênfase em educação.

O papel da Gestão Pública.

Quando o assunto se trata de desenvolvimento econômico regional acentua-se a discussão sobre qual deve ser a postura e participação do governo na economia, muitos autores escrevem sobre isto com semelhanças e divergências.

A FIESP (2014) aponta que o governo ao investir em infraestrutura deve apenas exercer o papel de planejar, fiscalizar e regular os planos de ações visando o desenvolvimento. Para Monteiro, et al. (2017) os governos devem prezar pelo interesse social, estabelecendo confiança com todos os seus stakeholders e além de decidir as melhores políticas públicas precisam conduzir a aplicação.

Para Gasalho e Piteira (2015) o estado igualmente como qualquer organização deve assumir um vasto conjunto de responsabilidades sociais que envolvem os interesses comuns, com isto possibilita o melhor alcance dos objetivos como por exemplo a melhoria da educação, da política de prevenção ambiental e estimular o crescimento econômico com a realização de processos transparentes, dialogo democrático e prestação de contas à sociedade. Tal visão da responsabilidade social corporativa (RSC) nos órgãos públicos é bem aceita no século XXI, e já existe o início de um avanço desta temática na prática inclusive com o desenvolvimento de leis que tem o intuito de proteger o meio ambiente.

Gama e Neto (2011) aponta que os governos devem expressar a vontade geral da sociedade, visão está semelhante com a de Morini et al. (2015) com a principal diferença que o foco no serviço prestado ao contribuinte, eles pontuam que a administração pública deve ser a mais eficiente possível, usando os recursos disponíveis de forma eficaz. Essas visões são pensamentos atuais da postura dos governos, estados e prefeituras no século XXI, mas para que consigam adotar uma estratégia e posicionamento, é necessário o uso de uma ferramenta chamada política pública. Segundo Spink (2013) apud Campanha et al. (2017) as “políticas públicas” apresentam como conceito uma ação governamental coerente e coordenada com o intuito positivo de aprimorar um aspecto social.

Existe algumas políticas que são unanimidade quanto a sua importância, como por exemplo os investimentos em educação e tecnologia muito defendida inclusive por Schumpeter. Estes investimentos em educação atualmente requer a criação de incubadoras tecnológicas, aproximar a universidade da sociedade e das instituições públicas e privadas, fomentar o ensino, pesquisa e extensão e outros.

O grande problema das políticas públicas é que dificilmente são estabelecidas continuidades de investimentos entre diferentes governos, além de serem passível de reinterpretação e reinvenção que à prejudica (CAMPANHA, *et al.*, 2017). No caso dos investimentos em infraestrutura tanto econômica quanto sociais (educação) esta característica torna-se altamente prejudicial já que requerem esforços a longo prazos, que não costumam se sustentar durante o tempo (FERREIRA, 2015).

A visão Schumpeteriana pode ser colocada em prática na atualidade, com base no conteúdo revisado afirma-se que exigiria dos governos, estados e prefeituras em alguns momentos exercer a função do “empresário inovador”, mas que de forma geral deve ser muito imparcial, para permitir alta competitividade nas relações entre os indivíduos e entre as empresas. Schumpeter acreditava que o desenvolvimento é um fenômeno social descontínuo devido suas inúmeras variáveis e agentes do fluxo circular, porém que o investimento em educação deve ser contínuo, pois o alto grau de conhecimento permite a melhor administração dos recursos financeiros, naturais e humanos e assim até mesmo em períodos de crise e escassez a população encontrará uma maneira endógenas e/ou exógenas de estimular o crescimento em economias democráticas e capitalistas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apurados foram retirados do website especializado “Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil”, o qual criaram um indicador chamado IDHm (Índice de desenvolvimento Humano Municipal). Este indicador é inspirado no IDH criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), porém possui modificações para melhor se adequar a realidade dos municípios Brasileiros.

Para aprofundar no entendimento dos impactos da educação nos outros indicadores socioeconômicos considerados pelo IDHm foi necessário fazer a análise econométrica de correlações, utilizando como variável dependente os indicadores de educação. Em termos práticos os três períodos de apuração com espaço temporal de aproximadamente dez anos foram considerados dados de corte e aplicado no modelo de mínimos quadrados ordinários, as variáveis regressões foram o valor dos índices de renda, a constante e o próprio IDHm geral.

Tais cálculos econométricos foram realizados com os indicadores dos dez municípios nos três períodos disponíveis no Atlas do Brasil (1991, 2000 e 2010) através do software chamado *Gretl* (Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library). A folha de resultados com o resumo de suas respectivas análises a seguir:

Imagem 1: Resultados da correlação dos índices em 1991/00/10.

Modelo 1: MQO, usando as observações 1-30

Variável dependente: EducaAAo

	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor	
const	-0.358912	0.0512136	-7.008	1.56e-07	***
renda	-0.528053	0.122723	-4.303	0.0002	***
IDM	1.91843	0.0603373	31.80	6.20e-23	***
Média var. dependente	0.566900	D.P. var. dependente	0.156230		
Soma resíd. quadrados	0.003694	E.P. da regressão	0.011697		
R-quadrado	0.994781	R-quadrado ajustado	0.994395		
F(2, 27)	2573.294	P-valor(F)	1.54e-31		
Log da verossimilhança	92.46533	Critério de Akaike	-178.9307		
Critério de Schwarz	-174.7271	Critério Hannan-Quinn	-177.5859		

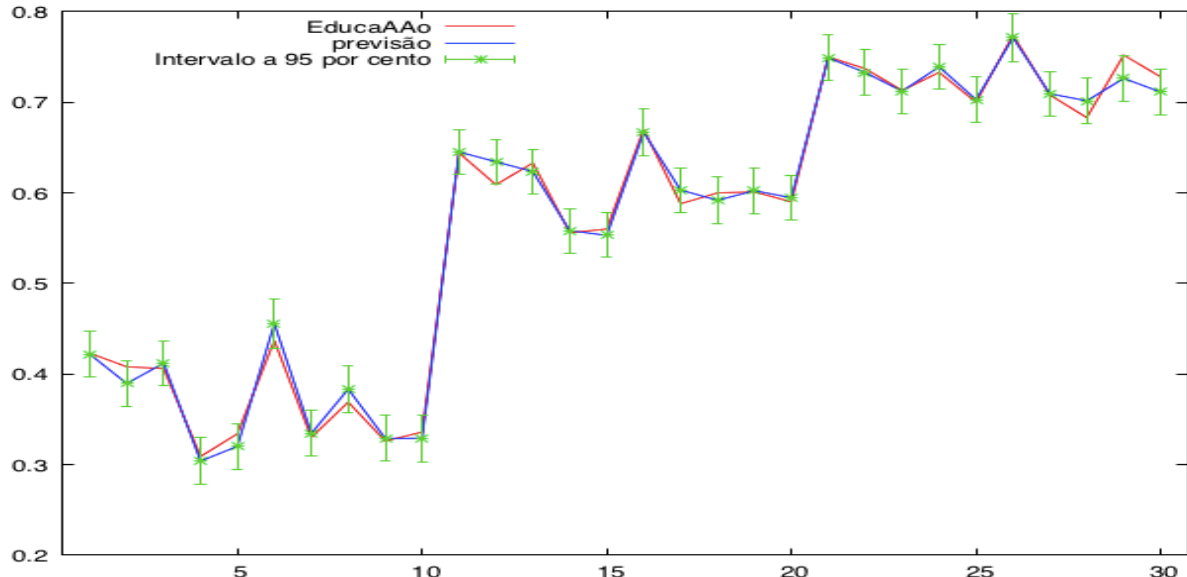
Note: SQM = scarto quadratico medio; E.S. = errore standard

Fonte: Gretl - Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library (2018).

Na análise econométrica avalia se existia uma relação da variável Educação do IDHm dos dez municípios selecionados com os outros indicadores do método. Os

resultados demonstraram uma relação direta entre a melhora dos indicadores de educação e o aumento da renda e dos índices de IDH geral. A imagem 2 relata uma correlação superior a 95% dos dados dependentes e independentes.

Imagem 2: Resultados gráficos.



Fonte: Gretl - Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library (2018).

No segundo teste do modelo de mínimos quadrados ordinários tinha-se o mesmo objetivo de avaliar a relação da variável Educação do IDHm dos dez municípios selecionados com os outros indicadores do método, porém agora sobre o período de 2010. Os resultados também foram positivos, já que as três estrelas simbolizam uma alta relação com a variável dependente, assim a educação do período estava relacionada com o índice geral de IDHm e renda do mesmo período.

Outro resultado que exhibe tal relação correlação é o valor do “R-quadrado” e R-quadrado ajustado” que ambos estão muito próximos do valor de 1 (um). Sendo o valor de respectivamente 0,999272 e 0,998908. Abaixo segue a folha de resultados.

Imagem 3: Resultados da correlação de todos os índices apenas em 2010.

Modelo 3: MQO, usando as observações 1-10

Variável dependente: IDHMedu2010

	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor
const	-0,0175208	0,0182685	-0,9591	0,3746
IDHM2010	2,84912	0,0552558	51,56	3,57e-09 ***
IDHMrenda2010	-1,00233	0,0416164	-24,09	3,37e-07 ***
IDHMlong2010	-0,833318	0,0214095	-38,92	1,92e-08 ***
Média var. dependente	0,727800	D.P. var. dependente	0,027316	
Soma resíd. quadrados	4,89e-06	E.P. da regressão	0,000903	
R-quadrado	0,999272	R-quadrado ajustado	0,998908	
F(3, 6)	2744,065	P-valor(F)	8,45e-10	
Log da verossimilhança	58,46404	Critério de Akaike	-108,9281	
Critério de Schwarz	-107,7177	Critério Hannan-Quinn	-110,2558	

Fonte: Gretl - Gnu Regression, Econometrics and Time-series Library (2018).

Estes resultados estão em sintonia com as ideias pregadas e pulverizadas pelo economista Joseph Alois Schumpeter na primeira metade do século XIX, já que a economia considerada que a educação era condicional para o desenvolvimento econômico de uma região, para assim surgir o empresário inovador.

Ainda segundo as ideias do autor o desenvolvimento econômico pode ocorrer de duas formas, a endógena desde que se tenha na localidade níveis de educação suficientes para proporcionar a inovação, caso a localidade não possua tais atributos ou outros, eles devem vir de outro local e assim desenvolvendo-se de forma exógena. Destaca-se o ponto que os níveis de educação sofrem influências dos aspectos do ambiente, porém estando em sintonia com esforços do governo através de políticas públicas pode sim proporcionar melhor condição a todos na sociedade.

O estudo aborda basicamente o recorte de alguns dos principais municípios do interior do principal estado do Brasil. Ele mostrou o desenvolvimento dos indicadores, juntamente com um crescimento do acesso à educação a sua população jovem e adulta nos três períodos analisados para todos os municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo visou explorar o tema de desenvolvimento econômico regional sob uma perspectiva Schumpeteriana, para isto foi necessário inicialmente selecionar os dez municípios de expressão da RA-10 do estado de São Paulo, visando assim trazer contribuições de avanço científico local ao a realização da pesquisa.

Schumpeter foi um autor que sempre prezou pela a educação, desta forma uma análise apenas de produção de riqueza além de ultrapassada não se encaixava com o espoco de pesquisa definido. Portanto foi utilizado as informações advindas do site atlas do Brasil que enfatizam o desenvolvimento humano e os seus três principais indicadores.

Outros fatores que influenciaram na escolha das obras e artigos lidos e dos websites selecionados foi a metodologia bibliográfica sistemática definida para promover a utilização de materiais atuais e fidedignos e uma adaptação para melhor estudar os níveis de educação e escolaridade dos municípios, já que estes aspectos possuem como característica proporcionar resultados a longo prazo.

Os assuntos abordados no referencial teórico foram todos para correlacionar o desenvolvimento econômico e as ideias Schumpeteriana, já que tanto a gestão pública como a infraestrutura econômica e social de alguma forma impactam nos resultados obtidos por um município. O intuito foi dar base para a discussão com os resultados os quais atingiram todos os objetivos específicos da forma esperada.

A discussão da pesquisa estava direcionada em atingir o objetivo geral do artigo que era em síntese identificar se a infraestrutura proposta por Schumpeter (Educação) era capaz de influenciar no desenvolvimento regional dos municípios selecionados. Para atingir este objetivo foi apurado os indicadores socioeconômicos relacionados ao IDHm das duas últimas décadas com intervalos de tempo de aproximadamente dez anos, estes dados passaram por criteriosas análises econométricas visando o estabelecimento de correlações nas quais a variável dependente nos períodos eram os índices de educação.

Os resultados proporcionados pelo Software Gretl mostraram alta correlação do indicador educação com os outros indicadores no decorrer do tempo analisado, exibindo um impacto existente. Com os resultados obtidos após o estudo respondeu-se que a infraestrutura proposta por Schumpeter impacta sim no desenvolvimento regional dos municípios desde que ocorra contínuas políticas públicas educacionais.

A hipótese deste artigo foi confirmada, o desenvolvimento econômico Schumpeteriano pode ocorrer desde que seja realizado investimentos a longo prazo em educação que gere resultados e o governo faça o seu papel de planejar a economia porém mantendo-se imparcial. Desta forma é possível promover melhores condições a empresas, famílias, terceiro setor e até ao governo.

As aplicações dos resultados da pesquisa são vastas, já que se encontrou uma correlação de outros importantes indicadores econômicos com a educação, os resultados podem auxiliar no desenvolvimento de mais e melhores políticas públicas que estimule a educação. Além também de contribuir para a bibliografia da área de estudo sendo um apanhado científico atual, a pesquisa também mostra IDHm altos, exibindo que os municípios são bons para habitar e possivelmente para empreender.

Tal temática é muito rica em estudos anteriores, neste artigo podemos considerar que a educação está diretamente correlacionada com o desenvolvimento de uma sociedade, tanto em longevidade e principalmente em padrão de vida digno (Renda). É evidente que isto não se trata de uma conclusão sobre o tema impondo uma verdade única e absoluta, a impressão é que o fenômeno de desenvolvimento econômico está diretamente ligado a diversos fatores e nas últimas décadas foi a tecnologia derivada da educação, mas futuramente pode ocorrer outra mudança social, porém ainda assim a educação da população continuará sendo fundamental para o sucesso do processo.

Na realização do artigo ocorreu dificuldades que foram superadas pelos autores, entre elas o curto prazo de tempo para o desenvolvimento do estudo. A pesquisa também apresenta algumas limitações, a principal delas é que a análise se baseou em um viés quantitativo através de indicadores socioeconômicos que funciona apenas como uma fotografia de determinado aspecto social naquele período em específico, desta forma pode omitir os detalhes do processo de como o desenvolvimento se sucedeu.

Aponta-se como perspectivas de estudos futuros na área devido a relevância o aprofundamento da análise do desenvolvimento econômico em Presidente Prudente/SP considerando a variável de preservação do meio ambiente e impactos socioambientais, isto pois seria um estudo direcionado para um município com o desenvolvimento humano considerado “muito alto” e cede da décima região administrativa do estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS do Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>>. Acesso em: 20 Fev. 2018.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. Lua Nova - Revista de cultura e política., São Paulo, v. 93, p. 33-60, Dez. 2014. ISSN 0102-6445. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452014000300003&script=sci_abstract>. Acesso em: 11 Mar. 2018.

CALEIRO, J. P. **As 20 cidades com as maiores economias do Brasil**. EXAME, 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/as-20-cidades-com-as-maiores-economias-do-brasil/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

CAMPANHA, L. J. et al. **Formulação e implementação, convergências e desvios: facetas da política pública do MicroEmpreendedor Individual (MEI) no plano local.** Gestão & Produção, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 582-594, Set. 2017. ISSN 1806-9649. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2017000300582&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 03 Mar. 2018.

CARDOSO, F. G. **Integração analítica da micro e da macroeconomia: algumas reflexões teórico-metodológicas.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 3, p. 631-660, Dez 2016. ISSN 1982-3533. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182016000300631&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 12 Mar. 2018.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica.** 6º. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <http://unoeste.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788576050476/pages/_5>. Acesso em: 03 nov. 2017.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. **Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos.** 8º Congresso Brasileiro de gestão de desenvolvimento do produto, Porto Alegre, 13 Set. 2011.

DELGADO, G. C. **Desigualdades sociais face ao desenvolvimento científico e tecnológico: antinomia ou problema histórico?** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 2109-2118, jul 2017. ISSN 1413-8123. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002702109&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 12 Mar. 2018.

DINIZ, M. T. M.; VASCONCELOS, F. P.; MARTINS, M. B. **Inovação tecnológica na produção brasileira de sal marinho e as alterações sócioterritoriais dela decorrentes: uma análise sob a ótica da Teoria do Empreendedorismo de Schumpeter.** Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 27, n. 3, p. 421-438, Set, 2015. ISSN 1982-4513. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132015000300421&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 12 Mar. 2018.

FERREIRA, E. B. **Gestão dos sistemas municipais de educação: planejamento e equilíbrio federativo em questão.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 23, n. 88, p. 545-566, Jul. 2015. ISSN 1809-4465. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362015000300545&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

FERREIRA, M. P. V.; PINTO, C. F.; MIRANDA, R. M. **Três décadas de pesquisa em empreendedorismo: Uma revisão dos principais periódicos internacionais de empreendedorismo.** REAd. Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 406 - 436, Maio 2015. ISSN 1413-2311. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112015000200406&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 12 Mar. 2018.

FIESP ONLINE. **Os Desafios da Infraestrutura Brasileira - L.E.T.S.** Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Rio de Janeiro. 2014.

FONTENELE, R. E. S.; MOURA, H. J.; LEOCADIO, A. L. **Capital humano, empreendedorismo e desenvolvimento:** evidências empíricas nos municípios do Ceará. RAM. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 12, n. 5, p. 182-208., Set. 2011. ISSN 1678-6971. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712011000500008&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 11 Mar. 2018.

GASALHO, M. G.; PITEIRA, M. M. **Percepções da responsabilidade social no setor público:** O caso do Instituto da Segurança Social. Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, v. 14, n. 3, p. 63 - 78, Set. 2015. ISSN 1645-4464. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-44642015000300006&lang=pt>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRARDI, L. R.; RABECHINI JUNIOR, R.; MOUTINHO, J. A. **Caracterização da gestão de fatores de risco em projetos de infraestrutura.** Gestão & Produção, São Carlos, p. ahead, Jun. 2017. ISSN 1806-9649. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2017005005103&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 11 Mar. 2018.

GITAHY JUNIOR, I. M. **Políticas públicas e a educação profissionalizante:** a trajetória no município de Presidente Prudente SP. Dissertação (Universidade do Oeste Paulista) - UNOESTE. Presidente Prudente, p. 102. 2008.

IBGE. Pesquisas e consulta de indicadores. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE cidades)**, 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 Fev. 2018.

IPRS. Consulta aos indicadores. **IPRS - Índice Paulista Responsabilidade Social**, 2014. Disponível em: <<http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/consulta.php?eixo=1&tema=1&varloc=691&periodo=2012>>. Acesso em: 25 Set. 2017.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica:** teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 31º. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MELO, T. M.; POSSAS, M. L.; DWECK, E. **Um modelo setorial baseado na abordagem kaleckiana da distribuição setorial funcional da renda e na teoria schumpeteriana da concorrência.** Economia e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 1, p. 109-145, abr. 2016. ISSN 1982-3533. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182016000100109&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 12 Mar. 2018.

MONTEIRO, C. et al. **A gestão municipal de resíduos sólidos e as ações de sustentabilidade**: um estudo realizado em um município do centro oeste do Paraná. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 139-154, Jan. 2017. ISSN 2175-3369. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2175-3369.009.001.ao010>>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

MORINI, C. et al. **Indicadores de desempenho da Aduana do Brasil**: em busca de uma abordagem equilibrada. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 22, n. 3, p. 508-524, Set. 2015. ISSN 1806-9649. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2015000300508&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 15 Mar. 2018.

MUSSOLINI, C. C.; TELES, V. K. **Infraestrutura e produtividade no Brasil**. *Brazilian Journal of Political Economy*, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 645-662, Out.-Dez. 2010. ISSN 0101-3157. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000400006&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 2 Mar. 2018.

NASCIMENTO, T. C.; MENDONÇA, A. T. B. B.; CUNHA, S. K. **Inovação e sustentabilidade na produção de energia**: o caso do sistema setorial de energia eólica no Brasil. *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 630-651, Set. 2012. ISSN 1679-3951. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 11 Mar. 2018.

SANTOS, N. B. et al. **Desenvolvimento e crescimento econômico das macrorregiões de Mato Grosso nos anos 2005 e 2013**. *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v. 18, n. 3, p. 169-182, jul. - Set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000300169&lang=pt>. Acesso em: 25 nov 2017.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SEADE. Índice Paulista de Responsabilidade Social. **FUNDAÇÃO SEADE. IPRS**, 2016. Disponível em: <<http://www.iprs.seade.gov.br/iprs2016/view/consulta.php?eixo=1&tema=1&varloc=691&periodo=2014>>. Acesso em: 10 Mar. 2018.

SERAFIM, M. C.; FEUERSCHÜTTE, S. G. **Movido pelo transcendente**: a religiosidade como estímulo ao "espírito empreendedor". *Cadernos EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 166-183, Jan. 2015. ISSN 1679-3951. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000100010&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 12 Mar. 2018.